

CÂMARA LEGISLATIVA

Dentro e fora do plenário, primeira sessão do ano foi marcada por protestos em favor do impeachment do governador Ibaneis e da abertura da CPI do Banco Master. Governador diz estar "totalmente limpo nessa história"

Mila Ferreira/CB/D.A Press



Distritais retornam em clima tenso

» MILA FERREIRA

Tribuna

A sessão de abertura dos trabalhos na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), ontem, foi marcada pela ausência de representantes do Governo do Distrito Federal (GDF) e por protestos dentro e fora do plenário. A tradicional mensagem do Executivo foi enviada, mas não foi lida em plenário. Antes do início da sessão, do lado de fora da Casa, deputados e militantes da oposição realizaram um ato pedindo o impeachment do governador Ibaneis Rocha (MDB) e a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banco Master.

"Conversei com o governador e com o chefe da Casa Civil, Gustavo Rocha, e entendi que esse era um momento nosso, enquanto deputados. É um momento delicado. Chegamos a emitir os convites, mas depois eu liguei para eles e disse que faria uma sessão muito enxuta", alegou o presidente da Casa, deputado Wellington Luiz (MDB). "Trago essa responsabilidade para mim também. Se alguém tem que ser responsabilizado, que seja eu, por uma tentativa de deixar que a Câmara faça o seu papel sem constranger ninguém do governo e sem sermos constrangidos também", completou.

A mensagem do Executivo trouxe resultados das ações do governo na área da saúde, segurança pública, economia, educação, mobilidade, entre outras. "Nossa compromisso com Brasília é inatacável", disse o documento, assinado pelo governador Ibaneis Rocha (MDB) e endereçado a Wellington Luiz. "Os desafios são muitos, no entanto, maior é nossa disposição para superá-los. (...) Após anos à frente da capital federal, reafirmo minha convicção de que o espírito colaborativo e o diálogo institucional são a base do êxito desta gestão", destacou o texto do GDF.

Andressa Anholete/Agência CLDF



Wellington Luiz durante a sessão de abertura dos trabalhos legislativos

Mila Ferreira/CB/D.A Press



Militantes e parlamentares da oposição cobraram a saída de Ibaneis

tempo hábil, aproveitando as condições de mercado favoráveis", disse o documento.

"Não adianta dizer agora que a culpa é só do Paulo Henrique, porque o governador Ibaneis assinou o ofício. Quando ele mandou essa mensagem à Câmara, há havia o rombo de R\$ 12 bilhões no BRB. O projeto era para legalizar o rombo que já tinha sido feito", lembrou Chico Vigilante. "É muito grave a situação vivida. Se o Banco Central não tivesse barrado a negociação, o BRB também teria comprado o Will Bank, o banco que foi liquidado recentemente", destacou.

"Estou limpo"

Mais cedo, durante agenda pública, o governador Ibaneis foi questionado sobre os pedidos de impeachment protocolados na Câmara Legislativa e afirmou estar tranquilo. "É normal, é o trabalho da oposição. É extremamente democrático que eles façam, mas tenho certeza que estou totalmente limpo nessa história", disse o chefe do Executivo.

Antes do início da sessão, do lado de fora da CLDF, militantes e deputados de partidos da oposição realizaram um ato com cartazes e carro de som pedindo o impeachment de Ibaneis e a instalação da CPI para investigar a compra de carteiras de créditos falsas do Master pelo Banco de Brasília (BRB).

Dois pedidos de impeachment foram protocolados na CLDF, pelo PSOL e pelo PSB. Hoje, o PT, PC do B, PV, PDT e Rede vão protocolar um novo pedido. "Esse é o maior escândalo de corrupção da história do Distrito Federal. O governador tem que ser afastado imediatamente. Se ele usou a posição de governador para entrar em um negócio fraudulento, ele não pode de continuar no cargo, porque ele pode usar a mesma influência para interferir nas investigações", disse Gabriel Magno.

"Pedido de impeachment tem a ver com correlação de forças. Até pouco tempo, a gente não tinha nem a possibilidade de pedir um impeachment, mesmo sabendo que tinha muita lambança no caso Master e BRB", ressaltou Fábio Félix. "É preciso haver uma cobrança muito rigorosa. O governador é parte do problema, portanto, ele não tem condições de ser parte da solução", ressaltou.

A CPI do Banco Master conta com a assinatura favorável de sete deputados distritais. Para que seja protocolada, são necessárias oito assinaturas. Quanto aos pedidos de impeachment, a Mesa Diretora tem até 20 dias para decidir se leva à frente ou arquiva os pedidos, prazo que ainda está em curso.

"Continuidade"

Em recente entrevista ao **Correio**, Wellington Luiz relembrou o contexto da aprovação do Projeto de Lei 1882/2025, que autorizou o BRB a adquirir participação em instituições financeiras sediadas no Brasil e no exterior, que ficou conhecido como 'o PL que autorizou o BRB a comprar o Master'. Wellington destacou que o autorizado foi apenas a continuidade das operações.

"À época, a Câmara enviou um documento assinado por mim para a Casa Civil dizendo que não tínhamos nenhum entendimento com relação a isso. Depois disso, o Ministério Público impetrhou uma ação dizendo que a operação precisava passar pela CLDF", relembrou o presidente da Casa. "A Justiça determinou que a operação precisaria passar pela Câmara e, então, nós aprovamos a continuidade da operação", acrescentou.

Wellington Luiz ressaltou que a palavra final foi do Banco Central. "A aprovação ou desaprovação final quem dá é o BC. Em nenhum momento, contrariamos o entendimento final do BC", disse.